

## **Políticas educacionais e educação escolar indígena: vozes Kaingang**

Sandra de Paula Santos - UFFS  
[sandrakaingang@gmail.com](mailto:sandrakaingang@gmail.com)  
Maria Silvia Cristofoli – UFFS  
[mscristofoli@uffs.edu.br](mailto:mscristofoli@uffs.edu.br)

### **1 Introdução**

No Brasil temos uma crescente produção acadêmica sobre políticas educacionais. São estudos relevantes e necessário que retratam a nossa diversidade de realidades. Apesar disso, ainda é baixa a produção que trata sobre alguns temas como a Educação Escolar Indígena – EEI, especialmente produzida por pós-graduandos indígenas. O interesse pela educação escolar indígena surge a partir da escolarização da autora principal, escolarização na qual fui proibida de falar a minha própria língua para aprender uma segunda língua (língua portuguesa).

A realidade das escolas indígenas foi a primeira inquietação, surgida a partir da trajetória de estudante e de professora bilíngue Português/Kaingang uma vez que através dela foi se percebendo melhor os problemas, as dificuldades já enfrentadas ou que ainda são enfrentadas na EEI. Essa realidade educacional e as inquietações pessoais convergiram para a proposição de uma pesquisa em nível de mestrado. Assim, o estudo pergunta: Como as políticas pensadas para educação escolar indígena se efetivam na realidade escolar indígena? O que os atores indígenas consideram e avaliam essas políticas?

Desde a perspectiva teórica, este estudo dialoga com autores indígenas e não indígenas. Assim, para ressaltar a necessidade de conhecer atores e ouvir vozes indígenas trazemos as palavras de Claudino (2013, p.59) para quem “evidenciar a base dos conhecimentos do povo Kaingang é identificar, em uma perspectiva cosmológica, as diferentes manifestações culturais vivenciadas no cotidiano da aldeia” essas perspectivas são fundamentais para analisar como as políticas educacionais atendem ou não as reais necessidades educacionais desses povos.

Para Rodrigues e Araújo (2017), as políticas públicas se configuram em processos complexos e multidimensionais que se desenvolvem em múltiplos níveis de ação e de decisão e envolvem diferentes atores, visando a resolução de problemas públicos, atendimento às necessidades e demandas de grupos de cidadãos, visando sempre o bem comum.

Ainda, considerando que este estudo está voltado às políticas educacionais implementadas. Arretche (2001, p.46) lembra que “é necessário (...) admitir que a implementação modifica as políticas públicas”. Assim, ao retratar uma realidade indígena dentre as muitas existentes, entende-se que, em alguma medida, a realidade local objeto de estudo pode levar a modificações pela forma em como os atores locais compreendem e implementam as políticas de EEI. Também, como lembra essa autora, ao tratar dos diferentes atores de uma política, aqueles “encarregados de executá-la” são, na prática, “os que fazem a política” acontecer (ARRETCHE, 2001, 54).

## **2 Desenvolvimento**

A fim de que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas para beneficiarem a sociedade é preciso que haja participação ativa por parte dos cidadãos e cidadãs. Com isso, considera-se que o conjunto de cidadãos que devem assumir um papel mais ativo em relação às políticas de EEI, sejam os próprios atores indígenas que tem relação com as escolas indígenas, sejam eles docentes, técnicos ou lideranças.

A Educação Escolar Indígena é assegurada na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue. Assim, muitos professores indígenas foram formados, como “monitores” bilíngues, o que, de fato, era apenas uma estratégia para que as crianças falantes de línguas indígenas melhor pudessem aprender o português.

Outros documentos importantes são a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007. Em âmbito nacional, A Constituição Federal Brasileira de 1988 assegurou às comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada, específica e bilíngue.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) enfatiza a necessidade de uma construção curricular liberta das formalidades rígidas de planos e programas estatísticos, e pautada na dinâmica da realidade concreta e na sua experiência educativa vivida pelos alunos e professores. O documento aponta que na EEI devem ser considerados, dentre outros aspectos: a) valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica; b) desenvolvimento de currículos e programas específicos; c) a afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, numa das versões preliminares propunha ampliar o conhecimento das culturas indígenas. Na BNCC vigente houve um recuo nesta proposta. A ênfase recai sobre os direitos adquiridos pelos povos indígenas na contemporaneidade em detrimento do passado indígena, essencial na composição cultural brasileira. Em relação aos professores da EEI, esses têm como princípio norteador em seu trabalho a valorização das diferentes identidades indígenas e sentimentos de pertencimento étnico de seus povos, das práticas culturais e das línguas faladas em suas comunidades.

Além desses professores, é importante considerar nas populações Kaingang o saber ancestral que os *kofa* têm. São importantes nos processos de ensino dos jovens, tanto no campo educacional, quanto nos núcleos familiares. Os saberes acumulados nas histórias e memórias dos velhos são necessários para a comunidade e eles se sentem úteis quando são oportunizados a falar e contribuir.

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, a seguir, apresenta-se brevemente a metodologia aplicada.

Esta pesquisa é realizada no estado de Santa Catarina, na Terra Indígena Toldo Imbu, em Abelardo Luz e os atores indígenas ouvidos são professores, lideranças e *kofa* da comunidade.

Como recurso para ouvi-los, buscou-se aproximar instrumentos de pesquisa que não fossem muito diferentes das dinâmicas de ouvir as pessoas da comunidade indígena.

Desse modo, a opção foi trabalhar com a Roda de Conversa, pois é um momento de diálogo onde se compartilha, e também é um exercício de escuta e fala e respeito a diversidade.

Assim sendo, a Roda de Conversa é uma possibilidade de coleta e produção de dados em pesquisa Narrativa, sendo que este tipo de abordagem busca compreender o sentido que o grupo social oferece ao fenômeno ao qual está sendo estudado. A roda conversa é um espaço de troca de experiências, de conversação, confraternização, desabafo, de diferentes opiniões. Também, é uma rica maneira de trocas e de significados.

### **3 Considerações Finais**

A cultura indígena Kaingang é fortemente pautada na oralidade. As análises preliminares dos registros da roda de conversa apontam para a importância de dar voz aos sujeitos indígenas, atores fundamentais das políticas de EEI, que se sentiram valorizados por serem ouvidos.

Dentre alguns dos destaques chama-se a atenção de que os indígenas não se sentem contemplados adequadamente nas políticas governamentais. Ao mesmo tempo, consideram que a prometida educação diferenciada ainda é parte dos documentos, mas não das práticas. Ainda existem dificuldades e barreiras a superar no diálogo com a Secretaria Estadual de Educação, mantenedora da escola pesquisada.

Para um dos professores que participou da roda de conversa, na análise da pesquisadora, na fala dele ficam explícitas as dificuldades de trabalhar com um currículo específico, em que a iniciativa de implementar um componente no currículo que refletisse a cultura Kaingang, demandou cerca de dois anos de planejamento e não se desenvolveu. O que deixa ainda mais nítida a importância da luta constante pelos direitos dos povos indígenas e sua manutenção.

Para esses professores indígenas ainda prevalece a desvalorização dos conhecimentos e dos movimentos indígenas. Isso se coloca como um dos maiores desafios na busca de uma educação diferenciada e de políticas educacionais que assegurem uma EEI que atenda realmente as necessidades das populações indígenas.

## Referências

ARRETCHE, Marta Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília, CARVALHO, Maria do Carmo. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001

BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CLAUDINO, Zaqueu Key. A formação da pessoa nos pressupostos da tradição educação indígena Kaingang. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e Resolução sobre a Ação da OIT Concernente aos Povos Indígenas e Tribais. OIT- Brasília: OIT, 2003.

RODRIGUES, Maria de L. ARAÚJO, Luísa. Modelos de análise das políticas públicas », **Sociologia, Problemas e Práticas** [Online], 83 | 2017, Acesso em 21 setembro 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/2662>